AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o parecer dos auditores independentes, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. **Nosso desempenho:** • **Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2016 R$ 2.663,6 milhões, aumento de R$ 148,3 milhões ou 5,9% em relação ao ano anterior. • **Despesas administrativas:** Em 2016, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,9%, com aumento de 0,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores. • **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2016 R$ 278,7 milhões, com aumento de R$ 38,0 milhões, ou 15,7% em relação ao ano de 2015 devido ao aumento nas outras receitas financeiras em R$ 3,7 milhões, ou 4,3% em relação ao ano de 2015 e nas receitas com aplicações financeiras em R$ 34,3 milhões, ou 22,1% em relação a 2015. As despesas financeiras totalizaram em 2016 R$ 33,2 milhões, com aumento de R$ 8,5 milhões, ou 34,4% em relação ao ano anterior. • **Índice combinado -** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2016 foi de 100,4%, aumento de 7,9 pontos percentuais em relação aos 92,5% do ano anterior. Esta variação decorre, do aumento de 5,6 pontos percentuais no índice de sinistralidade e mais as despesas administrativas, comercialização, outras receitas e despesas operacionais e tributos com aumento de 2,3 pontos percentuais em 2016. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2016 foi de 91,1%, aumento de 7,6 pontos percentuais em relação aos 83,5% do ano anterior. • **Lucro líquido e por ação:** O lucro líquido totalizou em 2016 R$ 146,8 milhões, registrando uma redução de R$ 91,3 milhões ou 38,3% em relação a 2015. O lucro por ação foi de R$ 5,67 em 2016 e R$ 9,21 em 2015. • **Novos negócios:** Em dezembro de 2016, a Companhia lançou o produto Azul Seguro Auto Popular. Ao lançar este produto, a Companhia estimula a inclusão securitária, incentiva novas oportunidades de negócio e contribui para a sustentabilidade do setor. **Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Perspectivas:** O ano de 2016 foi marcado por uma grande instabilidade política nos primeiros meses, que culminaram com o "impeachment" da presidente Dilma Rousseff e a posse do presidente Michel Temer. Os preços dos principais ativos financeiros refletiram a percepção do chamado risco-país em cada um desses momentos. Se, no início do ano as taxas de juros e a taxa de câmbio BRL/USD alcançaram seus valores máximos em muito tempo, a partir da assunção da nova administração, registrou-se significativa apreciação desses ativos. A atividade econômica mostrou nova contração, representada por uma queda do PIB próxima de 3,5%, similar à registrada em 2015. Como consequência, o desemprego seguiu em alta, quase alcançando a marca de 12%. Em meio a esses resultados negativos, finalmente a inflação deu sinais inequívocos de queda, fechando o ano dentro do intervalo da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Essa surpresa positiva com a inflação e a perspectiva de continuidade desse processo de desinflação permitiu o início do ciclo de queda da taxa SELIC no último trimestre de 2016 e que deverá seguir ao longo de 2017. A indústria de seguros, por sua vez, apresentou crescimento de 1,3% em 2016 (prêmios de seguro, segundo a SUSEP), abaixo dos níveis observados nos últimos anos. A sinistralidade observada no geral também teve crescimento, pressionada pela deteorização das condições econômicas e sociais do país. Para 2017, espera-se a continuidade do ciclo de queda da taxa SELIC, o que será um cenário desafiador para o setor, juntamente com o processo de desinflação. O ano de 2017 deverá marcar o início do processo de retomada do crescimento econômico, trazendo oportunidades para o setor e para a Companhia. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Circulante		**1.884.476**	**1.878.220**
Disponível		18.038	22.316
Caixa e bancos		18.038	22.316
Equivalentes de caixa	6	86.673	44.377
Aplicações	7	917.867	980.341
Créditos das operações com seguros e resseguros		586.026	566.836
Prêmios a receber	8.1	585.982	566.801
Operações com resseguradoras		44	35
Outros créditos operacionais		17.467	17.178
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.1	1.827	1.633
Títulos e créditos a receber		6.195	2.132
Títulos e créditos a receber		1.252	1.517
Créditos tributários e previdenciários		4.752	72
Outros créditos		191	543
Outros valores e bens		25.215	21.731
Bens à venda	11.1	24.608	21.142
Outros valores		607	589
Despesas antecipadas		3.725	2.269
Custos de aquisição diferidos	12	221.443	219.407
Seguros		221.443	219.407
Não circulante		**819.059**	**678.834**
Realizável a longo prazo		501.333	356.892
Aplicações	7.1.2	348.352	202.181
Outros créditos operacionais		2.172	2.562
Títulos e créditos a receber		141.207	143.201
Títulos e créditos a receber		209	209
Créditos tributários e previdenciários	9.1	43.297	53.710
Depósitos judiciais e fiscais	10	94.858	86.442
Outros créditos		2.843	2.840
Outros valores e bens	11.1	8.708	7.506
Despesas antecipadas		894	1.442
Investimentos		8.940	9.019
Participações societárias		387	508
Imóveis destinados à renda		8.553	8.511
Imobilizado	13	304.023	311.510
Imóveis de uso próprio		298.300	248.306
Bens móveis		5.120	8.702
Outras imobilizações		603	54.502
Intangível		4.763	1.413
Outros intangíveis		4.763	1.413
Total do ativo		**2.703.535**	**2.557.054**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Circulante		**1.873.141**	**1.788.662**
Contas a pagar		139.304	154.381
Obrigações a pagar	14.1	80.422	90.016
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	49.443	47.734
Encargos trabalhistas		3.147	2.960
Impostos e contribuições		4.320	11.680
Outras contas a pagar		1.972	1.991
Débitos de operações com seguros e resseguros		75.100	87.889
Prêmios a restituir		148	125
Operações com resseguradoras		2	–
Corretores de seguros e resseguros	15	62.970	69.744
Outros débitos operacionais		11.980	18.020
Depósitos de terceiros	16	2.491	1.455
Provisões técnicas - seguros	17	1.656.246	1.544.937
Danos		1.655.141	1.543.526
Pessoas		1.105	1.411
Não circulante		**124.659**	**112.549**
Contas a pagar		12.607	10.853
Obrigações a pagar	14.1	2.001	1.716
Tributos diferidos	9.2.2	10.606	9.137
Provisões técnicas - seguros	17	21.054	16.619
Danos		20.563	16.059
Pessoas		491	560
Outros débitos		90.998	85.077
Provisões judiciais	18	90.998	85.077
Patrimônio líquido	19	**705.735**	**655.843**
Capital social	19.a	486.276	488.173
Redução de capital	19.a	–	(1.897)
Reservas de reavaliação	19.b	3.086	3.172
Reservas de lucros	19.c	215.456	174.488
Ajustes de avaliação patrimonial	19.d	917	(8.093)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.703.535**	**2.557.054**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Prêmios emitidos	20	2.663.630	2.515.313
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	(24.816)	(99.003)
Prêmios ganhos	20	**2.638.814**	**2.416.310**
Receitas com emissão de apólices		**5.553**	**5.141**
Sinistros ocorridos		**(1.674.056)**	**(1.396.628)**
Custos de aquisição	22	**(491.479)**	**(435.068)**
Outras receitas e despesas operacionais	23	**(162.978)**	**(119.664)**
Resultado com resseguro		**120**	**(271)**
Receitas com resseguro		120	(271)
Despesas administrativas	24	**(261.784)**	**(226.166)**
Despesas com tributos	25	**(58.151)**	**(57.155)**
Resultado financeiro	26	**245.572**	**216.025**
Resultado patrimonial		**3.526**	**3.806**
Resultado operacional		**245.137**	**406.330**
Ganhos com ativos não correntes		**1.042**	**1**
Resultado antes dos impostos e participações	9.3	**246.179**	**406.331**
Imposto de renda	9.3	**(43.701)**	**(86.754)**
Contribuição social	9.3	**(35.100)**	**(53.962)**
Participações sobre o lucro		**(20.596)**	**(27.475)**
Lucro líquido do exercício		**146.782**	**238.140**
Quantidade de ações (mil)		25.867	25.867
Lucro líquido por ação - R$		5,67	9,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Lucro líquido do exercício	**146.782**	**238.140**
Outros resultados abrangentes	**9.010**	**3.113**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	16.439	5.689
Efeitos tributários	(7.398)	(2.560)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(51)	(29)
Efeitos tributários	20	13
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**155.792**	**241.253**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto para informação sobre dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial/outros	Lucros acumulados	Total
				Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos finais em 31 de dezembro de 2014		**235.000**	**253.173**	**3.554**	**20.866**	**57.700**	**(4.980)**	**–**	**565.313**
Aumento de capital:									
Portaria SUSEP nº 136 de 03/03/2015		253.173	(253.173)	–	–	–	–	–	–
Redução de capital em aprovação - AGE de 30/09/2015		–	(1.897)	–	–	–	–	–	(1.897)
Reserva de reavaliação									
Majoração da alíquota CSLL		–	–	(291)	–	–	–	291	–
Realização parcial por depreciação		–	–	(91)	–	–	–	91	–
Ajustes de avaliação patrimonial	19.d	–	–	–	–	–	(3.113)	–	(3.113)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	238.140	238.140
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva legal	19.c	–	–	–	11.907	–	–	(11.907)	–
Reservas estatuárias	19.c	–	–	–	–	95.615	–	(95.615)	–
Dividendos distribuídos (mínimo obrigatório)	19.e	–	–	–	–	–	–	(26.831)	(26.831)
Dividendos distribuídos (intermediários)	19.e	–	–	–	–	(11.600)	–	(69.169)	(80.769)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	(35.000)	(35.000)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2015		**488.173**	**(1.897)**	**3.172**	**32.773**	**141.715**	**(8.093)**	**–**	**655.843**
Redução de capital:									
Portaria SUSEP nº 14 de 28/06/2016	19.a	(1.897)	1.897	–	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação									
Realização parcial por depreciação	19.b	–	–	(86)	–	–	–	86	–
Ajustes de avaliação patrimonial	19.d	–	–	–	–	–	9.010	–	9.010
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	146.782	146.782
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva legal	19.c	–	–	–	7.339	–	–	(7.339)	–
Reservas estatuárias	19.c	–	–	–	–	33.629	–	(33.629)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)	19.e	–	–	–	–	–	–	(42.307)	(42.307)
Dividendos/JCP intermediários	19.e	–	–	–	–	–	–	(63.593)	(63.593)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016		**486.276**	**–**	**3.086**	**40.112**	**175.344**	**917**	**–**	**705.735**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	146.782	238.140
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	5.440	4.649
Perda/reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	1.935	2.623
Perda/ganho na alienação de imobilizado e intangível	(1.047)	–
Resultado de equivalência patrimonial	(27)	(32)
Outros ajustes	8.998	(3.050)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(83.697)	(155.491)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(21.125)	(40.473)
Ativos de resseguro	(194)	126
Créditos fiscais e previdenciários	(5.575)	(1.348)
Ativo fiscal diferido	11.308	(9.808)
Depósitos judiciais e fiscais	(8.416)	(3.624)
Despesas antecipadas	(908)	(1.796)
Custos de aquisição diferidos	(2.036)	(25.800)
Outros ativos	(3.971)	(1.972)
Impostos e contribuições	78.483	142.757
Outras contas a pagar	(5.963)	12.409
Débitos de operações com seguros e resseguros	(12.789)	12.241
Depósitos de terceiros	1.036	(9.584)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	115.744	145.483
Provisões judiciais	5.921	765
Caixa líquido gerado nas operações	**229.899**	**306.215**
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	148	240
Impostos sobre o lucro pagos	(85.843)	(142.861)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**144.204**	**163.594**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	3	–
Imobilizado	6.346	–
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(4.266)	(42.121)
Intangível	(2.369)	(673)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(286)**	**(42.794)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(105.900)	(142.600)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(105.900)**	**(142.600)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**38.018**	**(21.800)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**66.693**	**88.493**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**104.711**	**66.693**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., sociedade que possui ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob a sigla PSSA3 e, desde 18 de dezembro de 2014, tem como acionista também a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2016, alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto para item demonstrado na nota explicativa nº 2.1.3. **2.1 Base de preparação:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: **(i)** do valor justo de ativos e passivos financeiros, **(ii)** das provisões técnicas, **(iii)** da provisão para risco de créditos ("impairment"), **(iv)** da realização do imposto diferidos e **(v)** das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 13 de fevereiro de 2017. **2.1.1 Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. As demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 serão disponíveis no "site" (www.portoseguro.com.br/ri), da SUSEP (www.susep.gov.br) e da Companhia (www.azulseguros.com.br). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada serão apresentadas até 15 de março de 2017, conforme facultado pela SUSEP. Contudo, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro foram apresentadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 06 de fevereiro de 2017. **2.1.2 Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** • SUSEP 543/16 - A Circular SUSEP, entre outros assuntos, extingue a figura dos Custos Iniciais de Contratação (CIC), utilizado no reconhecimento do prêmio ganho. Desta forma, o prêmio comercial líquido de cosseguro passa a ser diferido integralmente conforme a vigência do risco. Vigente a partir de 1º de janeiro e com prazo de adaptação até 31 de dezembro de 2017. • CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O CPC 48 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A Companhia não possui instrumentos financeiros mantidos até o vencimento (categoria extinta pela nova norma), por isso não espera impactos relevantes na classificação de seus títulos. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, porém em 2016, o "International Accouting Standards Board" (IASB) emitiu uma exceção às companhias predominantemente seguradoras para adoção desta norma somente em 2021, quando deverá entrar também em vigor a nova norma de contratos de seguros. A Companhia avalia os impactos a serem causados e aguarda o posicionamento da SUSEP/CNSP a respeito. **2.1.3 Reclassificações**

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 foi reclassificado nos seguintes itens:

	Publicado 31/12/2015	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2015
Passivo (*)			
Danos - circulante	1.559.585	16.059	1.543.526
Danos - não circulante	–	16.059	16.059
Pessoas - circulante	1.971	(560)	1.411
Pessoas - não circulante	–	560	560

(*) Segregação dos passivos de contratos de seguro entre circulante e não circulante de acordo com o perfil de liquidação de tais passivos, conforme fluxo atuariais. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. **(a) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento do exterior. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: (a) Mensuração e classificação:** A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. **(ii) Títulos disponíveis para venda:** São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). **(iii) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1). **(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de

continua

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. **2.5 Ativo de resseguro:** Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores. **2.6 Análise de recuperação de ativos ("impairment"): 2.6.1 Empréstimos e recebíveis (clientes):** Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada. Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP. **2.6.2 Títulos disponíveis para a venda:** A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por "impairment" registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. Perdas por "impairment" em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas em exercícios subsequentes. **2.6.3 Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados e propriedades imobiliárias para investimento, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment". **2.7 Bens à venda:** A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, líquido das despesas que são de responsabilidade do comprador, como despesas de leilão do bem. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP. **2.8 Custo de Aquisição Diferido (DAC):** As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. **2.9 Participações societárias:** A Companhia possui investimentos em sociedade controlada: Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. **2.10 Ativo imobilizado de uso próprio:** Compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículo utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13. **2.11 Ativo intangível:** Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão na faixa de 20%. **2.12 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação:** A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos. **2.13 Passivos de contratos de seguros: 2.13.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro:** Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir: **(a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, líquida da parcela do prêmio destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo. **(b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. **(c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNeR) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. Essa provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas. **(d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP. **(e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuarias. **2.13.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem a aquisição da titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP. **2.14 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefício demissional calculados com base no período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido. **2.15 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente. **2.16 Reconhecimento de receitas: 2.16.1 Prêmio de seguro e resseguro:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.13.1(a)). O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio. As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). **2.16.2 Receita de juros e dividendos recebidos:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do parcelamento. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O JCP é imputado ao dividendo mínimo obrigatório. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente. **2.18 Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% (vide nota explicativa nº 9.3). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em decorrência da aprovação da Lei nº 13.169/15, a Companhia passou a ser tributada na Contribuição Social sobre o Lucro em 20% (vide nota explicativa nº 9.3). **3.1 Avaliação de passivos de seguros:** O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2016, era de R$ 1.677.300. **3.2 Cálculo de valor justo e "impairment" de ativos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment", conforme descrito o item 2.6.1. O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2016 era de R$ 1.956.912 para os quais existem R$ 464 de provisão para risco de crédito. **3.3 Avaliação das provisões de processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das provisões para tais processos leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico, além de ser utilizado o melhor julgamento sobre esses casos. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2016, era de R$ 90.998, para as quais existe R$ 94.858 em depósitos judiciais. **3.4 Cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 9.2.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2016, era de R$ 28.359 (ativo) e R$ 10.606 (passivo). **4. Gestão de riscos:** A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente. Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem por atribuição assessorar a Alta Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco. **4.1 Risco de crédito:** O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: **(a) Portfólio de investimentos:** para gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" da contraparte divulgados por agências externas (S&P, Moodys e Fitch). Na ausência de ratings externos, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos ("ratings" internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações. Em 31 de dezembro de 2016, 73,6% (79,4% em 31 de dezembro de 2015) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared"). **(b) Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1. **4.2 Risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2016		Dezembro de 2015	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/ sem vencimento.....	190.251	–	22.316	–
Fluxo de 1 a 30 dias	298.596	123.753	230.357	19.893
Fluxo de 2 a 6 meses	351.099	684.994	350.975	791.969
Fluxo de 7 a 12 meses	241.164	325.273	178.660	158.595
Fluxo acima de 1 ano	1.026.938	68.280	1.072.753	16.001
Total	**2.108.048**	**1.202.300**	**1.855.061**	**986.458**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes. **(ii)** O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras. **(iii)** O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguro e os débitos de operações com seguros e resseguros. **4.3 Risco de mercado:** O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Pós-fixados (SELIC/CDI)	55,5%	35,9%
Inflação (IPCA/IGPM)	30,9%	37,3%
Prefixados.....	13,6%	26,8%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de "stress" e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realisticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2016, nos termos da instrução CVM nº 475/08:

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto no ativo (ii)
	± 50 b.p.	11.498
Juros prefixados	± 25 b.p.	5.957
	± 10 b.p.	2.435
	± 50 b.p.	4.958
Índices de preços	± 25 b.p.	2.555
	± 10 b.p.	1.044
	± 50 b.p.	318
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	265
	± 10 b.p.	212

B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela BM&FBOVESPA. (i) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações. **4.4 Risco de subscrição:** A Companhia emite seguros de automóveis, danos e pessoas. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco: **(a) Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia investe em técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para o produto. **(b) Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2). **(c) Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos. **(d) Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Adicionalmente, cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem: • Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores. • Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente. • Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável. Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências. **4.4.1 Automóveis:** A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de

continua

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores de veículos e gravação da numeração de chassis em diversas partes da carroceria do veículo. A tabela a seguir apresenta a exposição de risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Região Sudeste	69,6%	70,8%
Região Sul	17,6%	16,8%
Região Nordeste	8,9%	8,2%
Região Centro-Oeste	2,8%	3,2%
Região Norte	1,1%	1,0%

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Despesas administrativas - aumento de 10,0 p.p.	(16.279)	(11.198)
Sinistros - aumento de 15,0 %	(5.228)	(7.190)

4.5 Risco operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado. **5. Gestão de capital:** A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de riscos de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 19 (c). **6. Equivalentes de caixa:** Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs), com vencimentos em até 3 meses. **7. Aplicações: 7.1 Estimativa de valor justo: 7.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - títulos para negociação (*)**

	Dezembro de 2016			Dezembro de 2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	169.446	–	169.446	113.198	–	113.198
Fundos retidos - IRB	–	–	–	141	–	141
	169.446	**–**	**169.446**	**113.339**	**–**	**113.339**
Fundos exclusivos						
LFTs	418.080	–	418.080	206.609	–	206.609
NTNs - B	48.586	–	48.586	106.786	–	106.786
Letras financeiras - privadas	–	32.538	32.538	–	14.671	14.671
NTNs - C	19.102	–	19.102	17.524	–	17.524
Debêntures	–	17.260	17.260	–	3.643	3.643
CDBs	–	9.139	9.139	–	–	–
LTNs	–	–	–	21.063	–	21.063
Outros	–	137	137	3	72	75
	485.768	**59.074**	**544.842**	**351.985**	**18.386**	**370.371**
Carteira própria						
Letras financeiras - privadas	–	20.797	20.797	–	54.247	54.247
	–	**20.797**	**20.797**	**–**	**54.247**	**54.247**
Total	**655.214**	**79.871**	**735.085**	**465.324**	**72.633**	**537.957**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**58%**			**45%**
Circulante			917.867			980.341
Não circulante (ii)			348.352			202.181

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo. **7.1.2 Títulos disponíveis para venda**

	Dezembro de 2016			Dezembro de 2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria						
LTNs	182.782	–	182.782	300.164	–	300.164
NTNs - B	285.798	–	285.798	282.864	–	282.864
NTNs - C	38.691	–	38.691	35.139	–	35.139
Debêntures	–	23.340	23.340	–	25.926	25.926
Total (i)	**507.271**	**23.340**	**530.611**	**618.167**	**25.926**	**644.093**
Circulante			182.782			442.384
Não circulante (ii)			347.829			201.709
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**42%**			**54%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2016 era de R$ 528.006 (R$ 652.988 em dezembro de 2015), gerando assim uma perda não realizada registrado em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido de R$ 2.605 (R$ 13.834 em dezembro de 2015), e um efeito de R$ 16.439 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários. **(ii)** A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações no montante de R$ 523 em dezembro de 2016 (R$ 472 em dezembro de 2015). **7.2 Movimentação das aplicações financeiras (*)**

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Saldo inicial	**1.226.899**	**1.096.778**
Aplicações	1.143.742	956.214
Resgates	(1.190.901)	(975.656)
Rendimentos	189.591	155.252
Ajuste a valor de mercado	(16.439)	(5.689)
Saldo final	**1.352.892**	**1.226.899**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa. **7.2.1 Taxas de juros contratadas:** As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Equivalentes de caixa (*)	13,63	14,15
Fundos exclusivos		
Letras financeiras % CDI	106,89	106,24
NTNs - B - IPCA	6,08	7,17
NTNs - C - IGPM	5,90	5,87
LTNs	–	14,91
Carteira própria		
Letras financeiras	106,00	108,67
LTNs	13,22	13,27
NTNs - B - IPCA	6,02	5,47
NTNs - C - IGPM	5,45	–

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. Créditos das operações com seguros: 8.1 Prêmios a receber

	Dezembro de 2016			Dezembro de 2015		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	422.852	(366)	422.486	403.394	(178)	403.216
Responsabilidade civil facultativa	127.396	(94)	127.302	121.583	(53)	121.530
Assistência e outras coberturas - auto	30.400	(4)	30.396	30.742	(13)	30.729
Demais ramos	5.798	–	5.798	11.326	–	11.326
	586.446	**(464)**	**585.982**	**567.045**	**(244)**	**566.801**

8.1.1 Composição quanto aos vencimentos

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
A vencer	567.028	552.710
Vencidos de 1 a 30 dias	18.375	13.655
Vencidos de 31 a 60 dias	439	232
Vencidos de 61 a 120 dias	231	186
Acima de 121 dias	373	262
	586.446	**567.045**
Redução ao valor recuperável	(464)	(244)
	585.982	**566.801**

8.1.2 Movimentação

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Saldo inicial	**566.801**	**528.720**
Prêmios emitidos	2.700.005	2.536.631
IOF	196.604	185.791
Adicional de fracionamento	72.958	72.255
Prêmios cancelados	(105.561)	(91.800)
Recebimentos	(2.844.604)	(2.665.540)
Provisão para riscos de créditos	(221)	744
Saldo final	**585.982**	**566.801**

8.1.3 Redução ao valor recuperável

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Saldo inicial	**244**	**988**
Provisões constituídas	4.311	790
Reversão	(4.091)	(1.534)
Saldo final	**464**	**244**

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registrados na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado.

8.1.4 Prazo médio de parcelamento

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Automóvel	1 a 4	81,0%	80,5%
	5 a 10	19,0%	19,5%

9. Tributos: 9.1 Créditos tributários e previdenciários

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	28.359	40.595
PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR	14.938	12.706
Outros	–	1.337
Redução ao valor recuperável	–	(928)
	43.297	**53.710**

(*) Vide nota explicativa nº 9.2.1

9.2 Tributos diferidos: 9.2.1 Ativo

	Dezembro de 2015	Constituição	Reversão	Dezembro de 2016
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão passivas não dedutíveis	8.872	165	(5.514)	3.523
Provisão para obrigações legais - INSS	7.577	–	(4)	7.573
IR e CS sobre aplicações financeiras	6.225	–	(6.225)	–
Provisão para processos judiciais	5.916	–	(289)	5.627
Redução ao valor recuperável de ativos	3.813	794	–	4.607
Provisão para obrigações legais - COFINS	2.518	–	–	2.518
Provisão fiscal - outras	2.259	–	–	2.259
Provisão para obrigações legais - PIS	1.853	–	–	1.853
Outras	1.562	68	(1.231)	399
	40.595	**1.027**	**(13.263)**	**28.359**

9.2.2 Passivo

	Dezembro de 2015	Constituição	Reversão	Dezembro de 2016
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	5.718	1.124	(741)	6.101
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	3.419	3.936	(4.022)	3.333
IR e CS sobre aplicações financeiras	–	1.172	–	1.172
	9.137	**6.232**	**(4.763)**	**10.606**

9.2.3 Estimativa de realização - provisão para obrigações legais: A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2017	14.016
2018	12.394
2019	459
Após 2021	1.490
Total - ativo	**28.359**
Valor presente (*)	**25.225**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários. Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido, uma vez que para as seguradoras a alíquota de Contribuição Social passará de 20% para 15% em 1/1/2019, conforme Lei nº 13.169/15. **9.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:**

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Lucro antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) (A)	246.179	406.331
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**246.179**	**406.331**
Alíquota vigente (*)	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(110.781)**	**(182.849)**
Juros sobre o capital próprio	22.275	15.750
Participações nos resultados	4.368	4.813
Incentivos fiscais	1.772	3.311
Dividendos recebidos	929	533
Outros	2.636	2.512
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**31.980**	**26.919**
Majoração alíquota CSLL - 15% para 20% (D)	–	15.214
Total de imposto de renda e contribuição social (E = B + C + D)	**(78.801)**	**(140.716)**
Taxa efetiva (E/A)	**32%**	**35%**

(*) Foi sancionada em 6 de outubro de 2015 a Lei nº 13.169/15 (conversão da Medida Provisória nº 675/2015), que majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. A referida lei estipula que a majoração da alíquota da CSLL vigora de 1 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

10. Depósitos judiciais e fiscais

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	34.783	32.030
COFINS (*)	17.318	15.718
Programa de Integração Social (PIS) (*)	8.840	8.143
INSS - autônomos (*)	7.079	6.520
Imposto s/ Circulação de Mercadoria e Serviços	5.351	4.884
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	5.316	4.831
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (*)	3.855	3.440
Trabalhistas	3.655	3.351
Contingências cíveis	2.511	1.664
Outros depósitos fiscais	6.150	5.861
	94.858	**86.442**

(*) Vide nota explicativa nº 18(a).

11. Outros valores de bens

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Bens à venda - salvados (10.1)	41.057	34.675
Almoxarifado	607	589
Redução ao valor recuperável	(7.741)	(6.027)
	33.923	**29.237**

(*) Vide nota explicativa nº 11.1.

11.1 Bens à venda - salvados: Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Permanência até 30 dias	4.461	2.756
Permanência de 31 a 60 dias	12.945	11.430
Permanência de 61 a 120 dias	9.023	8.138
Permanência de 121 a 365 dias	9.142	7.167
Permanência a mais de 365 dias	5.486	5.184
	41.057	**34.675**
Redução ao valor recuperável	(7.741)	(6.027)
	33.316	**28.648**
Circulante	24.608	21.142
Não circulante	8.708	7.506

12. Custo de aquisição diferido (DAC)

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Automóvel	221.021	218.958
Outros	422	449
	221.443	**219.407**

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses e são decorrentes, principalmente, dos ramos de automóvel.

12.1 Movimentação

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Saldo inicial	**219.407**	**193.607**
Constituição	457.220	427.676
Apropriação de despesas	**(455.184)**	**(401.876)**
Saldo final	**221.443**	**219.407**

13. Imobilizado

	Saldo residual em dezembro de 2015	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Dezembro de 2016: Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Terrenos	155.945	57	(2.731)	–	–	153.271	–	153.271	
Edificações (*)	92.361	(934)	–	(2.864)	56.465	155.937	(10.909)	145.028	2,0
Imóveis de uso	**248.306**	**(877)**	**(2.731)**	**(2.864)**	**56.465**	**309.208**	**(10.909)**	**298.299**	
Informática	4.114	1.868	(1)	(1.398)	(1.249)	9.842	(6.508)	3.334	25,0
Móveis máquinas e utensílios	1.683	133	–	(340)	–	3.525	(2.049)	1.476	10,0
Rastreadores	2.566	–	(2.566)	–	–	–	–	–	25,0 a 33,3
Bens móveis de uso	**8.363**	**2.001**	**(2.567)**	**(1.738)**	**(1.249)**	**13.367**	**(8.557)**	**4.810**	
Obras em andamentos	54.071	3.010	–	–	(56.702)	379	–	379	
Outras imobilizações	770	132	–	(367)	–	2.394	(1.859)	535	
Outras imobilizações	**54.841**	**3.142**	**–**	**(367)**	**(56.702)**	**2.773**	**(1.859)**	**914**	
	311.510	**4.266**	**(5.298)**	**(4.969)**	**(1.486)**	**325.348**	**(21.325)**	**304.023**	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada. A Companhia não observou evidências objetivas de "impairment" para os ativos imobilizados e intangíveis em 2016 e não houve reconhecimento de perdas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha o total de R$ 4.737 (R$ 4.841 em dezembro de 2015) em imóveis vinculados como garantias das provisões técnicas de seguros na SUSEP (vide nota explicativa nº 17.2).

14. Contas a pagar: 14.1 Obrigações a pagar

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Serviços de assistência	31.867	28.949
Transações com partes relacionadas (*)	21.486	28.880
Participação nos lucros a pagar	24.061	28.572
Outras obrigações	1.601	2.405
Provisão de benefícios a empregados	2.001	1.716
Dividendos a pagar	1.407	1.210
	82.423	**91.732**
Circulante	80.422	90.016
Não circulante	2.001	1.716

(*) Vide nota explicativa nº 28.

14.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
IOF	39.904	38.716
Imposto de renda retido na fonte	2.598	1.873
INSS e FGTS	1.826	1.841
Imposto sobre serviços retidos	1.491	1.447
Outros	3.624	3.857
	49.443	**47.734**

15. Débitos de operações com seguros e resseguros - Corretores de seguros e resseguros: Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos. **16. Depósitos de terceiros:** Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de 30 dias.

	De 1 a 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	757	757
Prêmios e emolumentos recebidos	1.734	1.734
Total em 31 de dezembro de 2016	**2.491**	**2.491**
Total em 31 de dezembro de 2015	**1.455**	**1.455**

17. Provisões técnicas - seguros

	Dezembro de 2016		Dezembro de 2015	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.235.087	1.235.087	1.210.899	1.210.899
Sinistros e benefícios a liquidar	280.441	278.614	260.454	258.821
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	153.182	153.182	87.563	87.563
Demais provisões	8.590	8.590	2.640	2.640
Total	**1.677.300**	**1.675.473**	**1.561.556**	**1.559.923**
Circulante	1.656.246		1.544.937	
Não circulante	21.054		16.619	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.13.2).

17.1 Movimentação dos passivos de contratos de seguro e ativos de resseguros:

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**1.416.075**	**1.760**
Constituições decorrentes de prêmios	2.408.732	–
Diferimento pelo risco decorrido	(2.203.468)	–
Aviso de sinistros	1.568.858	(270)
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.493.390)	(37)
Atualização monetária e juros	17.146	180
Outras (constituição/reversão)	(152.397)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.561.556**	**1.633**
Constituições decorrentes de prêmios	2.549.973	–
Diferimento pelo risco decorrido	(2.412.128)	–
Aviso de sinistros	1.842.405	125
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.789.074)	(59)
Atualização monetária e juros	24.686	128
Outras (constituição/reversão)	(100.118)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.677.300**	**1.827**

17.2 Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Total das provisões técnicas (A)	**1.677.300**	**1.561.556**
Direitos creditórios (i)	474.391	471.303
Custo de aquisição diferidos pagos	157.857	156.587
Operações com resseguradoras	1.827	1.633
Fundos e reservas retidos pelo IRB	–	141
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**634.075**	**629.664**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.043.225**	**931.892**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**130.182**	**135.074**
Títulos de renda fixa - públicos	507.271	618.168
Cotas de fundos de investimento	714.287	415.024
Títulos de renda fixa - privados	44.139	80.174
Imóveis	4.737	4.841
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.270.434**	**1.118.207**
Excedente (E - C - D)	**97.027**	**51.241**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer. (ii) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido (CMR) em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos. **17.3 Comportamento da provisão de sinistros:** A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

continua

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

							Dezembro	
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	**88,4**	**121,6**	**158,7**	**177,6**	**193,7**	**220,2**	**236,1**	**264,9**
Um ano mais tarde	95,9	122,5	164,7	183,5	179,0	215,0	230,2	–
Dois anos mais tarde	95,3	137,4	173,3	185,8	189,6	227,9	–	–
Três anos mais tarde	106,8	142,1	174,3	196,4	193,5	–	–	–
Quatro anos mais tarde	110,1	141,8	185,0	196,7	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	109,0	152,3	182,6	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	119,3	148,7	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	115,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**115,3**	**148,7**	**182,6**	**196,7**	**193,5**	**227,9**	**230,2**	**264,9**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(100,7)**	**(131,6)**	**(161,2)**	**(170,2)**	**(161,1)**	**(186,4)**	**(181,3)**	**–**
Total	**2,3**	**2,5**	**4,3**	**5,1**	**5,9**	**9,1**	**7,4**	**264,9**
DPVAT e retrocessão								**168,7**
PSL e IBNR reconhecidas no balanço								**433,6**

17.4 Provisão de sinistros a liquidar - judicial: A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2016		Dezembro de 2015	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**45.462**	**43.829**	**49.756**	**48.038**
Total pago no exercício	(23.951)	(23.856)	(9.655)	(9.655)
Novas constituições no exercício	3.836	3.836	3.613	3.613
Baixas da provisão por êxito	(4.546)	(4.546)	(4.473)	(4.473)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	30.980	30.691	1.101	1.186
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i)	3.453	3.453	5.120	5.120
Saldo final (ii)	**55.234**	**53.407**	**45.462**	**43.829**
Quantidade de processos	3.131	3.131	3.215	3.215

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.
(ii) Não incluem saldos de DPVAT. **18. Outros débitos - provisões judiciais:** A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (d)	Cíveis (e)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**67.083**	**5.146**	**12.084**	**84.313**
Constituições	–	382	3.875	4.257
Enc. êxito/reversões (*)	(776)	(466)	(4.513)	(5.755)
Pagamentos	(142)	(49)	(4.767)	(4.958)
Atualização monetária	5.787	441	992	7.220
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**71.952**	**5.454**	**7.671**	**85.077**
Constituições	179	82	1.485	1.746
Enc. êxito/reversões	(306)	(606)	(1.579)	(2.491)
Pagamentos	–	–	(785)	(785)
Atualização monetária	6.616	444	391	7.451
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**78.441**	**5.374**	**7.183**	**90.998**
Quantidade de processos	41	73	126	240

(*) Vide item (a)(v). **(a) Provisão para processos fiscais:** As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As obrigações legais estão classificadas como probabilidade de perda possível. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
REFIS (v)	31.608	29.041
COFINS (i)	17.318	15.718
PIS (ii)	9.113	8.414
INSS - autônomos (iii)	7.169	6.519
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	5.087	4.572
Outras	8.146	7.688
	78.441	**71.952**

(i) COFINS: Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 400.479 interposto pela Companhia. **(ii) PIS:** A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais (EC) nºs 01/94, 10/96 e 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil. Na ação que discute a EC 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário nº 427.966 interposto pela União. Na ação que discute a EC 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia. Na ação que discute a EC 17/97, houve o levantamento dos depósitos no montante de R$ 1.054. Na ação que discute a Lei nº 9.718/98, atualmente aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, que foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247. **(iii) Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) autônomos:** A Companhia discute judicialmente os valores relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da Lei nº 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras. Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei nº 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade. **(iv) CSLL:** A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Sociedade discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Sociedade, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário. **(v) REFIS:** A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) no ano de 2013, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação para desistência das ações. **(b) Contingências fiscais e previdenciárias:** A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e não são reconhecidas contabilmente, quando classificadas como perda possível ou remota. Os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível tem seu risco total estimado em R$ 5.661 (R$ 4.965 em dezembro de 2015). A principal refere-se à discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados da Companhia. **(c) Provisão para processos e contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses. Adicionalmente às provisões registradas não existem outros passivos contingentes, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. **(d) Provisão para processos e contingências cíveis:** A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 24 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, não registradas contabilmente, no montante em riscos de R$ 28.817 (R$ 28.069 em dezembro de 2015) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significados no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado, subscrito e integralizado era de R$ 486.276, dividido em 25.866.978 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. Adicionalmente, foi aprovado pela AGE de 30 de setembro de 2015 a redução de capital no montante de R$ 1.897, com redução de R$ 76.627 ações ordinárias, normativas, sem valor nominal, sendo aprovado pela SUSEP em 28 de junho de 2016. **(b) Reserva de reavaliação:** Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período, no montante de R$ 86 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 91 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07. **(c) Reservas de lucros: (i) Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2016, seu saldo era de R$ 40.112 (R$ 32.773 em 31 de dezembro de 2015). **(ii) Reserva estatutária:** A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade de patrimônio social ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, seu saldo era de R$ 175.344 (R$ 141.715 em 31 de dezembro de 2015). **(d) Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.1.2). **(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da Lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), líquido dos efeitos tributários, é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 07 de abril de 2016 e 26 de outubro de 2016, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 42.307 (R$ 98.475 em 2015), líquidos de imposto de renda. O JCP imputa-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios. Em abril e julho de 2016, a Companhia efetuou ainda o pagamento de intermediários no montante de R$ 63.593, mediante a utilização de lucros do exercício corrente. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Lucro líquido do exercício	146.782	238.140
(–) Reserva legal - 5%	(7.339)	(11.907)
Realização da reserva de reavaliação	86	91
Lucro básico para determinação do dividendo	**139.529**	**226.324**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**34.882**	**56.581**
JCP distribuído - líquido (*)	42.307	56.581
Dividendos intermediários	63.593	69.169
Total de dividendos e JCP	**105.900**	**125.750**
Total por ação (R$)	**4,09**	**4,86**

(*) No montante de R$ 42.307 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios e R$ 7.425, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Patrimônio líquido	705.735	655.843
Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(387)	(508)
Despesas antecipadas	(4.618)	(3.711)
Ativos intangíveis	(4.763)	(1.413)
Superavit TAP (i)	2.634	–
Patrimônio líquido ajustado	**698.601**	**650.211**
Capital-base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de subscrição	617.538	564.202
Capital de risco de crédito	25.354	25.265
Capital de risco de mercado (ii)	10.041	–
Capital de risco operacional	17.678	17.497
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(19.701)	(12.218)
Total de capital de risco (II)	**650.910**	**594.746**
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**650.910**	**594.746**
Suficiência de capital	**47.691**	**55.465**

(i) A Resolução CNSP nº 343/16 institui este e outros ajuste associados à variação dos valores econômicos ao PLA. (ii) A partir de 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, fica exigida a constituição de 50% do valor apurado para o capital de risco baseado no risco de mercado e integralmente a partir de 31 de dezembro de 2017.

20. Prêmios, sinistralidade e comissionamento

				Dezembro de 2016
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	1.879.996	1.862.476	59,7	19,7
Responsabilidade civil facultativa	548.060	543.042	64,7	17,9
Compreensivo residencial	1.633	1.754	27,4	42,4
DPVAT	93.878	93.249	85,7	1,4
Assistência e outras coberturas auto	139.412	137.730	95,4	18,8
Demais ramos	652	561	(82,9)	19,3
	2.663.630	**2.638.814**	**63,4**	**18,6**

				Dezembro de 2015
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	1.771.401	1.686.946	55,5	19,1
Responsabilidade civil facultativa	527.726	525.259	53,2	17,3
Compreensivo residencial	1.906	1.979	14,1	40,8
DPVAT	88.628	88.540	86,7	1,4
Assistência e outras coberturas auto	125.020	112.912	91,6	18,0
Demais ramos	633	674	113,3	19,6
	2.515.313	**2.416.310**	**57,8**	**18,0**

21. Variações das provisões técnicas de prêmios

	Dezembro de 2016		Dezembro de 2015	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(24.917)	(24.917)	(94.086)	(94.086)
Provisão de riscos não expirados	729	729	(4.597)	(4.597)
Outras provisões	(628)	(628)	(320)	(320)
	(24.816)	**(24.816)**	**(99.003)**	**(99.003)**

22.Custos de aquisição (*)

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Comissões sobre prêmios retidos	(458.520)	(429.597)
Outras despesas de comercialização	(34.994)	(31.270)
Variação das despesas de comercialização diferidas	2.035	25.799
	(491.479)	**(435.068)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas. **23. Outras receitas e despesas operacionais**

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Receitas com operações de seguros	1.485	7.747
Receitas - DPVAT	164	238
Total de outras receitas	**1.649**	**7.985**
Despesas com serviços de assistência	(46.297)	(25.652)
Despesas com administração de apólices e contratos	(43.227)	(40.766)
Despesas com sistema de riscos	(39.560)	(36.626)
Despesas com cobrança	(14.109)	(9.656)
Despesas com encargos sociais	(7.406)	(7.369)
Convênio DPVAT	(7.256)	(6.731)
Outras	(6.772)	(849)
Total de outras despesas	**(164.627)**	**(127.649)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(162.978)**	**(119.664)**

24. Despesas administrativas

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Despesas compartilhadas (*)	(156.691)	(132.878)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(51.092)	(45.537)
Serviços de terceiros	(24.215)	(17.347)
Localização e funcionamento	(20.984)	(19.285)
Donativos e contribuições	(4.021)	(6.485)
Convênio DPVAT	(3.881)	(4.094)
Outras	(900)	(540)
	(261.784)	**(226.166)**

(*) Referem-se a rateio e repasse de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 28).

25. Despesas com tributos

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
COFINS	(46.292)	(46.486)
PIS	(7.522)	(7.188)
Outras	(4.337)	(3.481)
	(58.151)	**(57.155)**

26. Resultado financeiro

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	99.805	61.497
Juros de títulos disponíveis para a venda	89.786	93.755
Adicional de fracionamento de prêmios	72.525	72.393
Variações monetárias dos depósitos judiciais	8.873	6.865
Outras	7.777	6.190
Total de receitas financeiras	**278.766**	**240.700**
Operações de seguro	(24.558)	(16.965)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(7.067)	(6.241)
Outras	(1.569)	(1.469)
Total de despesas financeiras	**(33.194)**	**(24.675)**
Resultado financeiro	**245.572**	**216.025**

27. Benefícios a empregados: 27.1 Plano de previdência complementar: Em maio de 2007, a Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados, na modalidade de contribuição definida, segundo os critérios do CPC 33 - Benefícios aos empregados, e administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência, entidade aberta de previdência complementar. Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de sua patrocinadora, bem como pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 2% e 8% do salário de cada participante e a contribuição da patrocinadora correspondente a 2% até 4% dependendo do percentual escolhido pelo participante. Em dezembro de 2016, o plano contava com cerca de 139 mil (146 mil em dezembro de 2015) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 30.408 em dezembro de 2016 (R$ 29.155 em dezembro de 2015). **27.2 Benefícios pós-emprego:** A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.716	1.519
Custo dos benefícios	108	96
Custo de juros	237	157
Benefícios pagos	(38)	(33)
Efeito liquidação/redução	–	(69)
(Ganho)/perda sobre a obrigação atuarial	(22)	46
Saldo final do passivo	**2.001**	**1.716**
Ganho/(perda) atuariais em outros resultados abrangentes	**31**	**(17)**

27.3 Outros benefícios

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Vales-alimentação e refeição	6.881	6.142
Assistências médica e odontológica	4.534	4.088
Vale-transporte	800	796
Outros	1.091	740
	13.306	**11.766**

28. Transações com partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são: (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Seguro Companhia; (ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento; (iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Passivo		
Porto Seguro Companhia	21.486	28.880
	21.486	**28.880**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Demonstração do resultado				
Porto Seguro Companhia	2.557	(1.941)	(242.817)	(182.092)
Porto Atendimento	–	–	(9.816)	(7.394)
Proteção e Monitoramento	–	–	(863)	(7.486)
	2.557	**(1.941)**	**(253.496)**	**(196.972)**

28.1 Transações com pessoal-chave: As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2016	Dezembro de 2015
Participação nos lucros - administradores	15.612	20.213
Honorários de diretoria e encargos	2.028	1.922
	17.640	**22.135**

29. Outras informações: (a) Comitê de Auditoria: O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

continua

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição acionária (*)

Azul Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	69,1%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	30,7%
Outros	0,2%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%

Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,7%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Roseg Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	31,3%

Itaú Unibanco S.A.	57,8%
Banco Itaú BBA S.A.	10,9%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,0%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	38,7%
Outros	10,3%

(*) Participações nas ações ordinárias.

MEMBROS DA DIRETORIA

FABIO LUCHETTI – Diretor Presidente

CELSO DAMADI – Diretor Geral - Financeiro e Controladoria
CLAUDIA DE OLIVEIRA MACHADO MATTEDI – Diretora Financeira, de Patrimônio e Suprimentos
FABIO OHARA MORITA – Diretor Técnico

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Geral - Corretores de Seguros e Vendas On-line
LAURIBERTO TADEU TAVARES – Diretor de Sinistro Automóvel/Diretor Operacional
LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Geral - Suporte e Governança

LUIZ ALBERTO POMAROLE – Diretor Geral - Produto Automóvel
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES – Diretor de Produto - Automóvel
MARCELO BARROSO PICANÇO – Diretor Geral - Negócios Financeiros e Investimentos

NEY FERRAZ DIAS – Diretor Geral - Produtos e Serviços
ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Geral - Seguros Patrimoniais

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR - Contador CRC RJ 068029/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcidas de forma relevante.
Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Deloitte.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ
Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R$169.409 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Responsabilidade da Administração
A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R$169.409 mil, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório estão livres de distorção relevante.
Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e, ainda, apresentar uma situação patrimonial e expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT no montante de R$169.409 mil, que não foram objeto de nossos exames, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório anteriormente referidos da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP.
Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

Deloitte.

Anexo I

Demonstrativos do Parecer Atuarial (Em milhares de reais)

1. Demonstrativo dos limites de retenção

(Ramos SUSEP)	31/12/2016	31/12/2015
141, 167, 589, 621, 622, 654, 655, 745, 981, 993	–	389
114	1.747	1.000
118	–	1.000
116,351	–	1.000
542,553	2.049	1.425
588	–	1.425
520,531	2.049	1.556

Id: 2014233

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NIRE/JUCERJA: 33 5 0000440-1
CNPJ/MF 28.542.017/0001-90

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I - DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às 14:00 horas, no Gabinete do Secretário de Estado da Casa Civil, à Rua Pinheiro Machado, s/nº - Palácio Guanabara - Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ. **II - COMPARECIMENTO:** Sr. JORGE NARCISO PERES, Presidente interino, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Imprensa Oficial; CLAUDIO ROBERTO PIERUCCETTI MARQUES, RODRIGO GOULART DE OLIVEIRA VIEIRA, AFFONSO HENRIQUE MONNERAT ALVES DA CRUZ, SILVIO MANTUANO DE PAIVA, membros do Conselho de Administração. Ainda presente, Valéria Maria Souto Meira Salgado, que Secretariou os trabalhos. **III - DELIBERAÇÃO:** Aberta a sessão, em decorrência da exoneração de Haroldo Zager Faria Tinoco do cargo de Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo fica consequentemente destituído do cargo de Vice-Presidente deste Conselho de Administração. Em decorrência da nomeação do Senhor JORGE NARCISO PERES, casado, identidade 192261 MAER, CPF 236.383.387-20, residente e domiciliado na Travessa Desembargador Álvaro Ferreira Pinto, nº 6, apto 505, Jardim Icaraí, Niterói CEP: 24.220-360, como Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, fica o mesmo conduzido ao cargo de Vice-Presidente deste Conselho de Administração, nos termos do artigo 14, §1º do Estatuto Social da Empresa ficando ainda acumulando interinamente o cargo de Presidente deste mesmo Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral que houver. Assinando os respectivos Termos de Posse. **IV - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por suspensa a presente reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida, e aprovada, sendo devidamente assinada pelo Senhor Presidente do Conselho, Senhor Jorge Narciso Peres, demais Conselheiros e por mim, Valéria Maria Souto Meira Salgado, secretária, que a lavrei e encerrei. Arquivada na JUCERJA em 17/02/2017 sob o n° 3009763.

Id: 2014311

ENEVA S.A.
CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21 - NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2016. I. DATA, HORA E LOCAL: No dia 04/11/2016, às 10h, na sede social da **ENEVA S.A.** ("Cia."), na Praia do Flamengo, n° 66, 6° andar, Flamengo, RJ. **II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Reunião convocada nos termos do Estatuto Social da Cia. e a legislação aplicável, com a participação, via conferência telefônica, da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Fabio Pinheiro, José Aurélio Drummond Jr., Marcelo Hallack, Marcelo Medeiros, Guilherme Bottura, Edwyn Neves, Frank Possmeier, David Zylbersztajn e Marcos Grodetzky. E, ainda, como convidados, Pedro Zinner, Paulo Petrassi, Francisco Aquino e Rodrigo Beraldo. **III. MESA**: Verificada a disponibilidade da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia., o Sr. Fabio Pinheiro assumiu a presidência dos trabalhos e designou o Sr. Rodrigo Beraldo para secretariar a reunião. **IV. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a celebração de contratos de compra de carvão pela Itaqui Geração de Energia S.A. e pela Pecém II Geração de Energia S.A. **V. DELIBERAÇÕES**: Instalada a reunião do Conselho de Administração, após exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os conselheiros, de acordo com o disposto no Estatuto Social da Cia., deliberaram, com a abstenção do conselheiro Frank Possmeier, aprovar a celebração, por Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui") e Pecém II Geração de Energia S.A. ("Pecém II"), de Contratos de Fornecimento de Carvão com a UNIPER Global Commodities SE para o fornecimento de carvão para as usinas de Itaqui e Pecém II durante o ano de 2017, em condições de mercado, conforme os termos apresentados durante a reunião. **VI. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA**: Às 11h30, nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a reunião, depois de lavrar a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes pelos membros do Conselho de Administração. - *A presente é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração da ENEVA S.A. realizada em 04/11/2016, às 10h, lavrada em livro próprio e assinada pelos membros do Conselho de Administração da Cia.*. - RJ, 04/11/2016. Rodrigo Beraldo - Secretário. JUCERJA nº 3007977 em 14/02/2017. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2014274

Concessionária Rio-Teresópolis S.A.
Companhia Aberta - REG. CVM Nº 01920-8
CNPJ Nº 00.938.574-0001-05 / NIRE Nº 3330016228-3

ATA DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA CONCESSIONÁRIA RIO - TERESÓPOLIS S.A. REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016, às 16:00 horas. Arquivada na Jucerja sob nº 00003006683 em 10/02/2017. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2014163